

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 04/2015

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE FEVEREIRO

Presidente:	- <i>António José Pires Almor Branco</i>
Vereadores Presentes:	- <i>José Manuel Correia de Moraes</i> - <i>Carlos Fernando Avelens Freitas</i> - <i>Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo</i> - <i>Manuel Carlos Pereira Rodrigues</i> - <i>João Maria Casado Figueiredo</i>
Vereadores Ausentes	- <i>Rui Fernando Moreira Magalhães</i>
Secretariou:	- <i>João Paulo Fraga</i> Chefe da Divisão de Administração Geral, Finanças e Modernização
Hora de Abertura:	- 10.30 Horas
Outras Presenças:	- <i>Jorge Eduardo Guedes Marques</i> Diretor do Departamento de Coordenação Geral
Local da Reunião:	- Sede da União de Freguesias de Franco e Vila Boa

Antes da Ordem do Dia

Saudação.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* deu os bons dias a todos e saudou em especial ao Franco, ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa e a todos os estão presentes nesta Reunião.

Informou ainda que hoje é a primeira vez que a Reunião de Câmara vai ser feita de uma forma descentralizada, é um objetivo que temos tido neste mandato, para além de se realizarem estas Reuniões na Câmara Municipal, onde tradicionalmente elas decorrem, também já tivemos oportunidade de as realizar fora do ambiente da Câmara Municipal, como por exemplo na Confraria Nossa Senhora do Amparo e no Gabinete de Apoio à Empresa e ao Empreendedor e vamos iniciar uma volta pelas Juntas e Uniões de Freguesia.

Estamos aqui hoje por iniciativa do Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, que na Assembleia Municipal de dezembro de 2014, lançou o desafio de se fazer esta Reunião aqui na União de Freguesias de Franco e Vila Boa.

Saúdo mais uma vez os membros da União de Freguesias de Franco e Vila Boa e todos os habitantes.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Relatório Final – Acompanhamento dos Resultados da Ação – Informação sobre as Medidas e Decisões Adotadas.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou que foi dada a resposta ao Relatório da Inspeção Ordinária ao Município de Mirandela efetuada pela Inspeção-Geral de Finanças, a resposta foi produzida na semana passada e neste momento vão receber uma cópia dessa mesma resposta, para que possam analisar.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Candidatura a Iniciativas de Desenvolvimento Local de Base Comunitária – Urbanos.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou que a Câmara Municipal apresentou uma candidatura às iniciativas de ambiente local base, mais conhecida por DLBC – Urbanos - Desenvolvimento Local de Base Comunitária – Urbanos, foi um processo lançado muito recentemente, o Município de Mirandela não teria sido considerado um Município de nível urbano, mas com as recentes alterações que foram realizadas aos fundos comunitários, Mirandela estará entre as cidades prioritárias do ponto de vista urbano.

Isso permitiu-nos a apresentação de uma candidatura a uma iniciativa de desenvolvimento base local, dedicada essencialmente à inclusão social.



Faço aqui esta informação hoje porque a parceria já foi aprovada, mas apenas será aprovada formalmente no Núcleo Executivo que vai ser realizado amanhã e posteriormente será apresentada também no Conselho Social Local, pelo que serão fornecidos os documentos a esta Câmara Municipal, mas apenas será formalizado quando estiver concluído o processo de candidatura, que decorre 150 dias após a apresentação da primeira candidatura.

É uma candidatura que pretende intervir em três eixos, um eixo dedicado ao empreendedorismo e criação do próprio emprego, um eixo dedicado ao emprego e à inclusão social e outro eixo dedicado ao combate do abandono escolar e ao apoio vocacional dos alunos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Plano Diretor Municipal.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* perguntou: Como está a decorrer o período de esclarecimentos à opinião pública, relativamente ao projeto que a Câmara tem do Plano Diretor Municipal?

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou que em relação ao debate da Revisão do Plano Diretor Municipal, neste momento além dos locais onde já está disponível toda a informação, está a ser enviado para as Juntas de Freguesia um conjunto de informação que irá ser distribuído pelas mesmas.

Após a próxima Assembleia Municipal iremos fazer uma sessão de debate, inicialmente com os Presidentes de Junta e com os Membros da Assembleia Municipal e posteriormente serão realizadas sessões específicas públicas para apresentação de questões.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ordem do Dia

01 – Órgãos da Autarquia (OA).

01/01 – Informação do Presidente.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou:

“Assumindo como nucleares os princípios da transparência e do envolvimento, dá-se conhecimento por escrito da presença do Presidente e Vereadores em permanência em reuniões, assembleias-gerais, eventos e atos similares, dos eventos e ações a decorrer no concelho de Mirandela e das obras em curso, bem como outras informações relevantes que digam respeito à atividade do Executivo Municipal em permanência.

1. Presenças:

• Reunião com o Presidente da Junta de Freguesia de Abreiro.

Dia 04 de fevereiro, no edifício dos Serviços Técnicos, esteve presente o Vereador da Câmara Municipal, Dr. Manuel Rodrigues.

• Reunião com o Sr. Pedro Grilo, Presidente do Grupo Desportivo do Cachão.

Dia 04 de fevereiro, no edifício dos Serviços Técnicos, esteve presente o Vereador da Câmara Municipal, Dr. Manuel Rodrigues.

• Reunião com o Prof. Isidro Borges, Presidente da Direção do CTM – Clube de Ténis de Mesa de Mirandela.

Dia 04 de fevereiro, no edifício dos Serviços Técnicos, esteve presente o Vereador da Câmara Municipal, Dr. Manuel Rodrigues.

• Sessão de Cinema para a 3.ª Idade.

Dia 05 de fevereiro, no auditório Municipal, esteve presente a Vereadora da Câmara Municipal, Dr.ª Deolinda Ricardo.

• Sessão de Diálogos Diretos.

Dia 06 de fevereiro, no Palácio dos Távoras, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco.

• Reunião da Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mirandela.

Dia 06 de fevereiro, no auditório Municipal, esteve presente o Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Rui Magalhães.

• Montaria ao Javali em Romeu/Associação de Caça e Pescas da Freguesia do Romeu.

Dia 07 de fevereiro, no Romeu, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco.

• 2.º Torneio Sousacamp / Cidade de Mirandela.

Dia 07 de fevereiro, na Piscina Municipal, esteve presente a Vereadora da Câmara Municipal, Dr.ª Deolinda Ricardo.

• Reunião com as Águas de Trás-os-Montes.

Dia 10 de fevereiro, no Palácio dos Távoras, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco.

• Reunião com o Prof. Isidro Borges, Presidente da Direção do CTM – Clube de Ténis de Mesa de Mirandela.

Dia 10 de fevereiro, no edifício dos Serviços Técnicos, esteve presente o Vereador da Câmara Municipal, Dr. Manuel Rodrigues.

• Reunião com o João Pilão, Presidente da Associação de Estudantes da Escola Secundária de Mirandela.

Dia 10 de fevereiro, no edifício dos Serviços Técnicos, esteve presente o Vereador da Câmara Municipal, Dr. Manuel Rodrigues.

• Reunião com o Presidente da Junta de Freguesia de Torre D. Chama.

Dia 10 de fevereiro, no edifício dos Serviços Técnicos, esteve presente o Vereador da Câmara Municipal, Dr. Manuel Rodrigues.

- **Conferência "Projectar o Futuro na Área das TI" promovido pela Consultua.**

Dia 11 de fevereiro, no auditório Municipal, estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco e o Vice-Presidente, Dr. Rui Magalhães.

- **Simulacro de Fuga de Gás Natural promovido pelo Serviço Municipal de Proteção Civil.**

Dia 11 de fevereiro, em Mirandela, esteve presente o Vereador da Câmara Municipal, Dr. Manuel Rodrigues.

- **Entrevista à Rádio Terra Quente – Eleição do Presidente da CPCJ de Mirandela.**

Dia 11 de fevereiro, na RTQ, esteve presente o Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Rui Magalhães.

- **Encontro Nacional "CPCJ: Um Modelo de Integração Integrada" em Lisboa.**

Dia 12 de fevereiro, na Fundação Calouste Gulbenkian, esteve presente o Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Rui Magalhães.

- **Reunião com o Presidente da Junta de Freguesia de Mascarenhas**

Dia 12 de fevereiro, no Palácio dos Távoras, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco.

- **Reunião com o Prof. Doutor Emídio Gomes, Presidente da CCDRN e Dr. Aristides Sousa, Delegado Regional de Educação.**

Dia 13 de fevereiro, no Palácio dos Távoras, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco.

- **Visita do Prof. Doutor Emídio Gomes e Dr. Aristides Sousa às obras de construção da nova escola da EsACT - Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela.**

Dia 13 de fevereiro, no local, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco.

- **Visita do Prof. Doutor Emídio Gomes e Dr. Aristides às Instalações da Escola Secundária de Mirandela.**

Dia 13 de fevereiro, na Escola Secundária, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco.

- **Reunião com o Moto Clube de Mirandela.**

Dia 13 de fevereiro, no Palácio dos Távoras, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco.

- **Desfile de Carnaval das Escolas de Mirandela.**

Dia 13 de fevereiro, esteve presente a Vereadora da Câmara Municipal, Dr.ª Deolinda Ricardo

- **Feira do Tordo Mascarenhas 2015.**

Dia 15 de fevereiro, na Freguesia de Mascarenhas, estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco, o Vice-Presidente, Dr. Rui Magalhães, o Vereador, Dr. Manuel Rodrigues e a Vereadora, Dr.ª Deolinda Ricardo.

- **Desfile de Carnaval no Parque do Império.**

Dia 15 de fevereiro, no Parque do Império, esteve presente a Vereadora da Câmara Municipal, Dr.ª Deolinda Ricardo

- **Reunião da Comissão Restrita da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mirandela.**

Dia 16 de fevereiro, no auditório Municipal, esteve presente o Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Rui Magalhães.

- **Baile de Carnaval das IPSS de Mirandela.**

Dia 16 de fevereiro, no salão dos Salesianos, esteve presente a Vereadora da Câmara Municipal, Dr.ª Deolinda Ricardo.

- **Reunião de Revisão pela Gestão n.º 4.**

Dia 18 de fevereiro, no Palácio dos Távoras, estiveram presente o Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Rui Magalhães e a Vereadora, Dr.ª Deolinda Ricardo.

- **Reunião da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte (ANMP).**

Dia 18 de fevereiro, em Santo Tirso, esteve presente o Vereador da Câmara Municipal, Dr. Manuel Rodrigues.

2. Eventos e outras ações:

- 11 de fevereiro – Simulacro de fuga com gás natural organizado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil



- 15 de fevereiro – Feira do Tordo de Mascarenhas





----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou ainda que no dia 28 haverá uma apresentação de um livro em Mirandela de um Eurodeputado, é um levantamento sobre um conjunto de elementos institucionais, um conjunto de elementos que existem no distrito de Bragança e no Distrito de Vila Real, terá a presença da Senhora Ministra de Estado e das Finanças Dr.ª *Maria Luís Albuquerque* que participará na apresentação desse estudo, sobre as instituições, será no dia 28 à tarde.

No dia 01 teremos a Feira do Vinho e do Bacelo realizada na Fradizela, promovida pela Junta de Freguesia e apoiada pela Câmara Municipal de Mirandela, sugeria que todos os Senhores Vereadores se associassem a esta iniciativa.

A Feira da Alheira de Mirandela irá decorrer nos dias 6,7 e 8 de março, este ano também teremos um conjunto de visitas institucionais, nomeadamente na abertura dia 06, teremos a presença do Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional Dr. *Luís Miguel Poiares Pessoa Maduro* e no dia 07 teremos a presença do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações Dr. *Sérgio Silva Monteiro*, estas presenças estão sujeitas a confirmação.

Dia 08 decorrerá o programa da TVI Somos Portugal que será realizado no Parque Dr. *José Gama*, pedia aos Senhores Vereadores que se associassem a estas atividades, caso o possam fazer.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

01/02 – OA - Justificação de Faltas.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou que o Senhor Vice-Presidente Dr. *Rui Magalhães* não pode estar presente por se encontrar em Lisboa numa reunião de CPCJ.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a falta do Senhor Vereador ausente.

01/03 – OA - 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Chefe da Divisão de Administração Geral, Finanças e Modernização, Dr. *João Paulo Fraga* autorizado a intervir, deu conhecimento da comunicação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que é do seguinte teor:

“Solicita-se a V.ª Ex.ª a gentileza de em Reunião da Câmara Municipal, dar conhecimento a todos os Srs. Vereadores, da 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que se vai realizar no próximo dia 27 de fevereiro de 2015, anexando-se a respetiva Convocatória.

Com os melhores cumprimentos.”

----- A Convocatória da 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal é do seguinte teor:

“Nos termos do n.º 1 do art. 27.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, convoca-se V. Exa. para a 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, com início às 09.30 hrs. do dia 27 de fevereiro (sexta-feira), no **Salão Nobre da Câmara Municipal**.

Com os melhores cumprimentos.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

01/04 – Relatório Final – Acompanhamento dos resultados da ação – Informação sobre as medidas e decisões adotados – Inspeção Geral das Finanças.

----- Foi presente o Relatório Final – Acompanhamento dos resultados da ação - Inspeção Geral das Finanças, em 19/02/2015, que se dá por reproduzido.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02 – Conhecimento de Despachos.

02/01 – DUOT – SO Administrativa e de fiscalização.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas em 16 de fevereiro, pelo Senhor Vereador Dr. *Manuel Rodrigues* que a seguir se transcrevem:

“INFORMAÇÃO N.º 02/2015

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 23 de outubro de 2013 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho do Presidente da Câmara Municipal de 24 de outubro de 2013, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 02 e 13 de fevereiro de 2015.

Comunicações Prévias Admitidas

121/09 – Vasco Miguel Pires Pereira – Construção de um edifício para instalação de estabelecimento de restauração – Zona Industrial, Lote 5I.”



A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 02/2015

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 23 de outubro de 2013 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho do Presidente da Câmara Municipal de 24 de outubro de 2013, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 02 e 13 de fevereiro de 2015.

Autos de Embargo

Despacho de 12/01/2015 – António Manuel Marques – Construção de anexos, obra parcialmente concluída, faltando rebocos, pintura e portões, na Rua 25 de Abril, 929 em Carvalhais, sem que para o efeito possuísse qualquer licenciamento.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 03/2015

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 23 de outubro de 2013 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho do Presidente da Câmara Municipal de 24 de outubro de 2013, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 02 e 13 de fevereiro de 2015.

Autorizações de utilização deferidas

4/15 – Carlos Alberto Meireles – Casa de Campo – Rua das Eiras – Chelas;

5/15 – Arnaldo Augusto Morais – Habitação e comércio – Avenida das Amoreiras – Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/02 – DEE – Área Funcional de Recursos Físicos.

----- Para conhecimento dos Senhores Vereadores, foi presente o Mapa das Empreitadas em Curso, atualizado em 18 de fevereiro, que se dá por reproduzido.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

03 - OA – III Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro.

----- Foi presente o III Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro em 18/02/2015, com o seguinte teor:

“1. Introdução

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais - Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro que vigora desde janeiro de 2014, revogou a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e o Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012 de 19 de junho, introduzindo alterações às normas que se aplicavam aos municípios em situação de saneamento financeiro. No entanto, o artigo 86.º da Lei n.º 73/2013 determina que *para os contratos de saneamento e reequilíbrio existentes à data de entrada em vigor da presente lei, bem como para os planos de ajustamento previstos na Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, aplicam-se as disposições constantes da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de junho.*

O Tribunal de Contas visou em março de 2013 os contratos de empréstimos para saneamento financeiro com o respetivo Plano integrador das medidas que objetivam a recuperação financeira do Município, pelo que considerando a exceção prevista na lei n.º 73/2013 referida anteriormente, apresenta-se o terceiro relatório semestral elaborado de acordo com a Lei n.º 2/2007 e do Decreto-Lei n.º 38/2008, com as alterações que lhe foram efetuadas pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de junho.

Considerando que a elaboração do presente relatório coincide com a preparação da Prestação de Contas relativa ao exercício económico de 2014, estando nesta fase em curso os movimentos contabilísticos necessários à conclusão dos mapas financeiros, nomeadamente o balanço e demonstração de resultados, remete-se a análise patrimonial, através da comparação com os valores previstos no PSF, para o relatório anual que acompanha a Prestação de Contas, conforme disposto no n.º 7 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007.

Ao presente relatório deverá ser dada continuidade nos seguintes termos:

- **Enviar aos membros do Governo** responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, conforme estipulado no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 38/2008 de 7 de março;
- **Remeter à Assembleia Municipal** para apreciação, nos termos do artigo 40.º da LFL;
- **Enviar à Direção Geral das Autarquias Locais;**

Publicar no sítio da Internet do Município, **após apreciação do Órgão Deliberativo, em cumprimento do artigo 49.º da LFL.**”

----- Vem acompanhado de diversa documentação, que se dá por reproduzida.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* em 18/02/2015, exarou o seguinte Despacho:

“À Reunião de Câmara.”

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou que este é um imperativo legal que a Câmara Municipal tem devido à situação de saneamento financeiro, este é o terceiro relatório semestral é um documento que os Senhores Vereadores já conhecem, não obstante das alterações que agora surgem.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MANUEL MORAIS* disse: Só fazer aqui algumas considerações acerca deste documento, mas em primeiro lugar, cumprimentar, na pessoa do Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, toda a população do Franco, principalmente aqueles que estão aqui presentes.

Voltando ao documento e após leitura atenta do Relatório que nos foi presente para conhecimento, apraz-me registar a existência de uma manifesta vontade do Executivo de tudo fazer para cumprir com os seus objetivos, que também são os nossos, ou seja, recuperar financeiramente a gestão do Município, não comprometendo assim o cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro a que a autarquia se obrigou.

Todavia, esse desiderato tem vindo a acontecer do lado da receita e deve-se em grande parte à participação dos munícipes no exercício da liquidação de taxas e impostos indiretos, cujos montantes arrecadados pelo Município foram muito superiores aos previstos no Plano de Saneamento Financeiro.

Do lado da despesa, verifica-se igualmente a existência de um grande esforço concernente à implementação de medidas que no futuro produzirão os efeitos almejados.

Contudo, no documento poder-se-á constatar que em algumas situações poder-se-ia chegar mais além, aliás, como é referido no próprio documento, ou seja, reduzir o nível de despesas nas rubricas de horas extraordinárias e ajudas de custo, que ao contrário do que era espetável aumentou, aumento esse que deverá merecer naturalmente a atenção do Executivo.

De realçar positivamente e ainda que comparativamente a 2013, o endividamento líquido sofreu uma redução de cerca de 1.821 milhões €, ao contrário do que é referido no documento e, desde já, peço desculpa se houve algum engano da minha parte. No documento consta um valor superior a 1.900 milhões €. Não sei se houve aqui algum equívoco!

----- O Senhor Chefe da Divisão de Administração Geral, Finanças e Modernização Dr. *João Paulo Fraga*, autorizado a intervir disse: Irei analisar e dar-lhe-ei o devido esclarecimento.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MANUEL MORAIS* disse: Agradecia que essa correção e/ou esclarecimentos me pudessem ser dirigidos.

À parte a possibilidade da realização dessa correção, ou esclarecimento, eu continuaria dizendo que também a dívida à banca e aos fornecedores, que abrandou cerca de 2.600 milhões €, deverá ser considerada de salutar importância.

Pelo esforço que todos temos vindo a desenvolver, munícipes e Executivo, e considerando que temos ainda cerca de oito anos para dar cumprimento ao estabelecido no Plano de Saneamento Financeiro e ainda pelo que tem vindo a ser desenvolvido nesta matéria, tudo leva a crer que a Câmara Municipal terá aptidão para sair desta condição de sufoco financeiro, a fim de que todos possamos, o mais rápido possível, voltar a crescer economicamente e porfiar por tão desejado desenvolvimento da cidade e do nosso concelho.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: Relativamente a este documento queria fazer alguns breves comentários, vou iniciar por dizer que as medidas do Plano de Saneamento Financeiro se subdividem em três grandes partes, a primeira uma eficiência organizacional, que no meu ponto de vista, no que é a apresentação a que se refere este documento para além da descrição da medida, além do que está previsto, devia haver a sua concretização e ir um bocadinho mais além, apresentar uma nova tabela em que fosse introduzido ao mesmo tempo a sua concretização em termos de valorização, isto porque nos dá uma leitura mais direta, não nos faz andar aqui a fazer contas e a verificar se de facto elas estão corretas ou não.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* solicitou ao Senhor Vereador que fosse mais específico no seu pedido.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: Quando estamos na análise às medidas temos aqui este quadro, fazer uma coluna com uma avaliação, no quadro 15 aparece basicamente esse balanço, eu acho que ela deveria ser complementada exatamente aqui, o quadro 15 poderia ser uma parte de resumo mais sucinto, que é o que fazem na análise basicamente só teórica, ao fazer a leitura da descrição da medida, para não nos fazer andar para trás e para a frente, ter uma leitura apenas nesta tabela, porque por exemplo, nesta primeira parte, no que diz respeito à eficiência organizacional, no meu ponto de vista eu entendo que ela também tem redução de custo que lhe está associado, porque a eficiência do recurso humano ou do recurso material leva-nos a uma contabilização de custo, de valorização e isso devia ser refletido aqui.

Quando nós temos aqui uma redução de 15 % no número de Unidades Orgânicas e respetivos dirigentes, isto está associado a um custo, esta medida só deverá ser implementada com uma finalidade, reduzir custos. É evidente que a eficiência e para que toda a gente perceba, dentro de um Município há várias unidades, há vários Departamentos, há várias Secções, há muita gente que trabalha, uns trabalharão mais, outros trabalharão menos, mas isso passa-se na nossa própria casa, com a nossa família, uns filhos trabalham mais numas coisas e outros trabalham mais noutras coisas, isto quer dizer que nós temos de nos organizar de forma a que sejam mais rentáveis, é isto que estou a dizer.



Em termos do que é a apresentação do mapa, isso deve vir refletido aqui, neste campo, eficiência organizacional, porque nós só podemos tomar uma medida, se efetivamente ela nos vier a trazer uma valorização e a valorização é fazer mais com menos, esta é uma das questões que eu deixo aqui.

Relativamente à economia e redução da despesa, vou fazer uma contabilização pessoal, a análise uma a uma:

“Medida 8 – Redução e racionalização de despesas de funcionamento, com definição de tetos para as despesas em outsourcing, com projetos, estudos, pareceres e consultadoria.” Olhando para as duas análises e consultando o valor que está na página 15, para mim, a leitura que eu tiro é que a Câmara conseguiu poupar 45.972 mil €, era o que deveria estar à frente, naquele quadro;

“Medida 9 – Redução e racionalização de despesas de funcionamento através da agregação de necessidades operada pelo agrupamento de entidades adjudicantes.” Eu leio o que está aqui escrito e é bastante, não vou ler porque é extremamente maçudo para vocês, só vos interessa o final, que é o que nos interessa a nós, esta medida em termos de quantidade trouxe zero, porque não basta dizer... para quem está num Plano de Saneamento Financeiro, isso implica dizer que temos problemas, que temos que os resolver e temos de ser nós a resolvê-los e o que diz neste quadro é zero, não basta dizer que desta medida resulta uma substancial redução de meios e custos, ela não está quantificada, este já é o terceiro Relatório, é feito de seis em seis meses, já era altura de termos alguns resultados;

“Medida 10 – Redução e racionalização de auto-consumos municipais.” Eu não vou dizer que não está bem, evidentemente que está bem, está aqui tudo muito bem explicado, relativamente aos combustíveis, às comunicações, aos encargos com as instalações, mas a leitura que eu tiro do que está referenciado neste quadro e o da página 15, é que a Câmara poupou 37.159 mil €, era um valor que deveria estar exatamente como parcela importante, no final deste resumo todo, que era para não se andar a ter dois tipos de leituras.

O que é que nos diz mais esta medida? Diz-nos que a Câmara face à sua previsão para 2014, gastou face à medida os 37 mil €, ou seja, apostou na Escola de Hotelaria e Turismo de Mirandela e o valor previsional que ele tinha ultrapassou-o, sendo assim, a redução não é uma redução, foi uma medida que veio implementar mais postos de trabalho, mais uma Escola em que a Câmara passa a ter mais um custo e do meu ponto de vista a pergunta que se deveria fazer é se vale a pena ou não? Eu acho que vale a pena, mas ela tem de estar descrita desta forma;

“Medida 11 – Implementação do Plano de Eficiência Energética da Iluminação Pública”. Da análise que eu retiro e não vou ler tudo o que está aqui, a Câmara fez um projeto e fez redução de fluxo, não sou a pessoa mais indicada para falar sobre esta matéria, mas a ideia que eu tenho e que vos posso transpor nesta Reunião e que fica de certa forma escrito é o seguinte: a Câmara fez um grande investimento em redução de fluxo para poupar a médio e longo prazo, neste primeiro ano, 2014, face à previsão que a Câmara fez, este Executivo fez, teve uma poupança de 23.911 mil €, é significativo, é evidente que tivemos uns percalços pelo meio, pelo que está aqui escrito, é que os contratos aumentaram, ou seja, a liberalização ao contrário do que muitas vezes nos dizem, que é liberaliza-se o mercado e o valor vai diminuir, não é verdade, depois as taxas aumentam, isto quer dizer que esta medida acho que foi uma boa proposta que a Câmara fez, se todos os anos ela tiver este valor, ao fim de dez, quinze ou vinte anos tem aqui uma redução que é significativa;

“Medida 12 – Decréscimo dos subsídios e transferências em numerários atribuídos a terceiros até ao ano de 2017, mantendo-se congelados a partir de 2018.” Esta é a medida que um Vereador como eu gosta sempre de ouvir, que é, distribuam menos e ponham o pessoal a trabalhar, porque quase 1 milhão €, de valor que deixou de ser transferido, é importantíssimo, de todas as medidas para mim é a medida que me salta aos olhos pelo valor que é, ou seja, menos dinheiro distribuído, é positivo;

“Medida 13 – Otimização do desempenho da frota e da função transportes no Município, através da otimização dos recursos, racionalização de custos de manutenção preventiva e corretiva.” Aqui eu só tenho a dizer uma coisa, 18 meses, está na altura de fazermos uma contabilização, nós precisamos de saber e de dar a informação das medidas que vamos tomar, compra-se carros, não se compra carros, por quanto é que se avalia a frota que temos, qual é a despesa que nós temos, tudo isso tem de estar referenciado aqui neste quadro, não podemos dizer que “permite uma avaliação operacional”, passados 18 meses temos de ter valores, esta medida em termos de eficiência está cotada a zero, foi feito algum trabalho, é verdade, está aqui transcrito, mas a sua quantificação ainda é nula, eu acho que temos de exigir mais neste capítulo;

“Medida 14 – Redução do número de colaboradores no Município, através da não entrada de novos colaboradores para compensar as saídas para aposentação ou outra forma de desvinculação.” Esta é daquelas medidas que qualquer presidente tem sempre dificuldades em controlar, isto porque é inerente que as pessoas e dada a crise que o país atravessa, necessitam cada vez mais de ter um trabalho.

A redução prevista para 2014 por este Município, por este Executivo, previa uma redução de quatro colaboradores durante o ano de 2014, o que estava previsto era uma poupança de 45.080 mil €, o que está aqui transcrito no documento é que afinal a medida correu bem, porque quem prevê quatro saídas e depois constata no final do ano que saíram quinze, toda a gente faz as contas e diz, se com quatro poupa 45 mil € com quinze há-de poupar muito mais. Aqui é uma medida a repensar, porque as contas que vocês ali têm, do meu ponto de vista, não estão corretas, no quadro da página 15 o que lá está transcrito é que na medida 14, tínhamos um valor previsto de 45.080 mil € de poupança e foi executado 59.728 mil €, isto quer dizer que não poupamos nada, gastamos foi mais 14.648 mil €. Deixo aqui um alerta, atenção a esta medida, é importante que de hoje para o futuro se veja esta medida de uma outra forma, porque apresentar uma previsão de redução e depois constatar que saem quinze e ainda temos um aumento da despesa de 14.648 mil €, do meu ponto de vista de gestão não é correto;

“Medida 15 – Redução do nível de despesa nas rubricas de horas extraordinárias e ajudas de custo em 5 % em 2011 e 2,5 % nos anos seguintes.” Aqui de facto pouparam, não vou dizer nada, mas eu particularmente vou abrir uma exceção e dizer o que eu penso, há determinado tipo de trabalho que só se consegue fazer fora do horário de trabalho. Há um evento, há uma situação de emergência, do meu ponto de vista, até em termos do que é o valor previsto, se calhar até o alargava mais, porque tem de haver sempre uma folga para fazer este tipo de trabalho.

Aumento da Receita, eu diria que aqui é o valor onde melhor a Câmara se enquadra, onde se obteve o maior número de eficiências.



“Medida 16 – Elaborar um plano de rentabilização do património municipal.” Previsão 515 mil €, é evidente que rentabilizar património nas circunstâncias em que nós estamos é extremamente ambicioso, vocês vejam, o mercado privado não consegue alugar os apartamentos, tem dificuldade, a não ser no período em que há aquela mobilização de professores, as instituições estão a retirar daqui as pessoas, em termos do que é também a valorização para o Município, torna-se cada vez mais gritante e a medida cá está, zero, não conseguimos em termos de receita basicamente nada.

Levanta-nos duas questões, é assim, então não há nada que rentabilize em termos do que é o património municipal? Nós não temos nada alugado? O que é que podemos fazer? Manter? Verificar se eles nos pagam o pouco património que nós temos e ainda colocar no mercado mais oferta? Essa é a pergunta que temos de fazer ao Presidente e é ele que tem daqui para a frente de melhorar, porque é uma das medidas que está aqui considerada pelo Plano de Saneamento Financeiro como aumento de receita.

“Medida 17 – Aumento da eficiência e eficácia da liquidação e cobrança de receitas.” Estamos a falar de impostos diretos, temos aqui uma valorização de cerca de 340 mil €, eu não vou dizer que é bom ou que é mau, estamos a falar da receita, alguma vinda das taxas que vem diretamente dos munícipes, outra vinda daquilo a que o Município por natureza tem direito, transferências do Estado;

“Medida 19 – Implementação do regulamento do estacionamento tarifado de curta duração.” Esta é uma medida que o Executivo previu como receita estimada na ordem de 144 mil €, na realidade não se conseguiu esse valor, temos menos cerca de 126 mil €, digamos que em termos de receita ronda os 18 mil €, é evidente que eu já toquei neste assunto, vou voltá-lo a fazer porque vocês estão aqui e para tentarem perceber que dentro de uma Reunião de Câmara também é construtivo falar e não só ouvir o que nos dizem lá fora, tivemos alguns problemas essencialmente com a recuperação e remodelação da avenida das Amoreiras e avenida dos Bombeiros Voluntários, que toda a gente conhece, é a zona da cidade que já tem os parquímetros, demorou-se muito tempo com a empreitada, não por questões atmosféricas, mas por mau planeamento da entidade que executou a obra, conclusão, quem perdeu foi o Município, perdemos todos, não conseguimos fazer face, nem a 50 % do valor previsto, que já seria uma verba que eu consideraria satisfatória;

“Medida 20 – Liquidação retroativa (2007 a 2011) das taxas devidas pela ocupação de espaços e liquidação recorrente a partir do exercício de 2012 e seguintes.” É assim, receber retroativos não é fácil, mas a medida tem de ser implementada, faz parte do Plano de Saneamento Financeiro, a previsão era de 500 mil €, entrou na Câmara 158 mil €, fica um valor de cerca de 340 mil €, não é mau, poderia ser melhor, há que fazer todos os esforços, sejam judiciais, sejam coercivos, seja o que for para receber esse dinheiro;

“Medida 21 – Reestruturação da matriz tributária.” A Matriz tributária ela está em curso, ainda não está totalmente esclarecida e eu aqui quanto à quantificação não vou reportar nenhum comentário, a não ser esperar para que ela seja completamente implementada;

“Medida 22 – Fixação das taxas do IMI para 2011 em 0,3 % para os prédios urbanos já avaliados nos termos do Código do IMI e em 0,6 % para os restantes prédios urbanos. Manutenção da taxa de 0,8 % para os prédios rústicos.” Nós aqui, a Câmara teve um acréscimo face à expectativa de previsão de 414 mil €, a previsão inicial era receber cerca de 1.592 milhão € e recebeu-se 2 milhões €, quando se recebe pensa-se logo, mas de onde é que veio? Quem é que deu este dinheiro? Bem, fomos todos nós, faz parte daquilo que o Governo estipulou, aumentar as taxas, que as Finanças nos fizeram, que avaliaram as nossas casas e a seguir há-de ser os nossos terrenos e nós temos de pagar por tudo.

Esta é uma receita que a Câmara felizmente tem e ultrapassou em 414 mil €. Eu não vou dizer que estão bem, eu se pudesse pagar menos também pagaria, mas a lei é lei e temos de a fazer cumprir;

“Medida 23 – Revisão dos preços municipais (abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos) suportada em fundamentação económico-financeira aproximando-os progressivamente do preço de sustentabilidade.” Esta é uma daquelas medidas que reporta um bocadinho também à anterior, ou seja, sai diretamente dos bolsos de todos os munícipes, é evidente que tudo tem de ser sustentável, agora não podemos é colocar o aumento só da parte do munícipe, tem de haver da parte da entidade que gere e que nos abastece em alta o Município, dizer assim: vamos recapitular, vamos ver o que é que se pode fazer para não ficar só o peso no munícipe, nesta medida, o que está traduzido aqui é que há um diferencial ainda de 1 milhão €, é muito dinheiro é evidente, mas eu deixo este alerta, eu votei contra a medida na altura, contra a medida não, contra o aumento das taxas, porque entendo que não pode ser só o munícipe a suportar incremento, tem de se chamar à razão, tem de se verificar que nós vivemos no interior do país, que somos uma região em que em termos de densidade populacional é cada vez menos, temos os aglomerados urbanos cada vez mais distantes, é evidente que tem um peso relativamente à recolha do lixo, à distribuição da água e ao tratamento dos esgotos, eu sou favorável a que se deve pagar aquilo que se polui e que se deve pagar o que se consome, no entanto também temos de ter a sensatez relativamente às taxas que fazemos pagar aos nossos munícipes.

Em jeito de resumo, o referido documento não é mau, evidentemente que este balanço positivo, quem fez este Plano de Saneamento Financeiro a ele reporta, diz que é positivo, eu acho que é positivo, mas é mais à custa do aumento de impostos do que às medidas de eficiência e de redução de custos, eu acho que deveríamos reduzir ainda mais os custos e não aumentar tanto os impostos, porque vai chegar a um ponto em que as pessoas não vão ter dinheiro para pagar.

Aumentámos os impostos, aumentámos e aumentámos os impostos, os Municípios e o Estado têm receita, mas as pessoas não têm e isso cria-nos um problema, eu acho que está na altura de alguém, não estou a dizer eu, eu simplesmente me limito e crítico e ponho a minha opinião em cima de todos os assuntos, não o faço de forma partidária, faço-o de uma forma transversal, porque eu também sou munícipe, eu antes de ser Vereador sou munícipe, sou uma pessoa, que tem uma casa ou duas, não interessa, que tem terrenos e que tem de viver daquilo, portanto, é nessa medida que eu falo e que faço este alerta para as pessoas.

Em termos do resumo eu vou dizer somente o seguinte, não vou comentar se o valor do diferencial é 1,8 milhões €, se é 1,9 milhões €, se em termos de défice é 1,5 milhões € se é 1,6 milhões, não vou por aí. Eu reparei que em termos da Medida 14, ela de facto não está bem contabilizada, o desvio não é positivo, mas sim negativo, mas para mim não é importante.

Importante é dizer que estamos no decurso de um Plano de Saneamento Financeiro, temos medidas para cumprir, é preciso quantificá-las a todas, verificar onde se pode melhorar, é para isso que estes relatórios servem e no final tentar aliviar a carga de



impostos, é evidente que se chega a um ponto em que as populações, as pessoas, os municípios em geral não têm capacidade, é isto que eu tenho a dizer.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* esclareceu que o processo do Plano de Saneamento Financeiro foi iniciado em 2011 e foi concretizado em 2013, o que significa que muitas das variantes que vigoravam na altura, estão neste momento ultrapassadas, no entanto é necessário entender que este documento vai ser enviado ao Tribunal de Contas, que o irá analisar e posteriormente irá dizer-nos se estamos ou não a cumprir, mas recorro que estamos a cumprir a redução em todos os setores.

Onde nós não estamos a cumprir, como é o caso do património, são situações que não são controladas por nós, o mercado imobiliário não está neste momento em condições que permita fazer a liquidação que pretendíamos, o que não significa que não possa acontecer até ao final do processo de saneamento.

É também importante dizer que há situações que nos ultrapassam, ou seja, que nos são impostas superiormente e que alteram completamente a nossa forma de trabalhar e dou como exemplo a iluminação pública, nós temos dois programas essenciais de redução da fatura da iluminação pública, um deles é a redução do fluxo que é colocar equipamentos nos postos de transformação, mas temos outro que é o desligar as armaduras em sítios que nós consideramos que estão iluminados demais.

Numa primeira fase, quando fizemos a primeira intervenção o IVA da iluminação pública passou de 6 % para 23 %, sem qualquer informação, sem qualquer conhecimento, apenas por decisão do Governo e a previsão de fatura que tínhamos, por exemplo 6 % de 700 mil € seria o IVA e passou a ser 23 % de 700 mil €, é uma diferença muito significativa e nós conseguimos compensar essa diferença, não provocando crescimentos da fatura e neste momento já estamos a conseguir reduzir.

No entanto, no ano passado, mais uma vez há uma alteração legal e mais uma vez são colocados individuais e contratos de potência e de um momento para o outro a iluminação pública começou a pagar potência como nós pagamos em nossas casas, isto é, antigamente a iluminação pública apenas pagava o consumo e mais alguns valores e de um dia para o outro começou a pagar aquilo que todos pagamos, que é o valor fixo.

Mesmo assim, neste momento já estamos a reduzir e se não reduzimos mais até agora foi porque houve alguns atrasos na instalação dos equipamentos.

Em relação à medida 09, que fala da contratação conjunta, eu dou o exemplo da EDP, nós em relação à EDP, em termos de fatura EDP base, isto é, em relação a todos os contratos que temos com a EDP, fizemos um concurso internacional em conjunto com a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, isso garantiu-nos à cabeça um desvio de 10 % do valor da fatura, isto significa que se a energia subir durante o ano 10 %, nós vamos continuar a ter o mesmo valor, isto é, nós temos 10 % à cabeça sobre o valor que nos é faturado, mas não significa que vamos pagar menos, significa é que não vamos pagar mais, porque como todos sabemos o valor da energia todos os anos sobe e há outras circunstâncias de consumo, nomeadamente, o aparecimento de novas necessidades que levam a esse crescimento, no entanto, nós podemos garantir que no final do primeiro semestre em termos líquidos iremos ter redução do valor faturado.

Esse tem sido um princípio que temos colocado em todas as atividades que fazemos, nomeadamente, nos consumos internos e isso significa também, por exemplo, em relação às horas extraordinárias, nunca houve na Câmara Municipal a iniciativa de se dizer que não se faz uma hora extraordinária em serviço à população, o que houve foi uma reestruturação do conceito de horas extraordinárias, se são horas extraordinárias programadas, se ocorrem todas as semanas à mesma hora, no mesmo local, não se justifica serem extraordinárias, tem é de se arranjar alternativas do ponto de vista do horário, da pessoa que faz o serviço, de forma a garantirmos rotatividade, de forma a garantirmos que não são necessárias horas extraordinárias para fazer serviços correntes.

Temos ganhos de eficiência noutras áreas que podem trazer a curto prazo muitas mais receitas, dou o exemplo das telecomunicações, em que renovamos recentemente o contrato de telecomunicações e que vamos com isso ter uma redução de cerca de 60 % do valor mensal nas comunicações municipais, isto sim são reduções concretas e efetivas que demoram algum tempo.

Há uma área também que não posso deixar de falar, que é a questão dos colaboradores, quando elaboramos o Plano de Saneamento Financeiro, o princípio de projeção de redução de número de trabalhadores tem a ver com os dados que nós temos e os dados que nós temos são idade da reforma, tudo o que sai fora disso não podemos prever, não podemos prever que uma pessoa vai pedir mobilidade interna, não podemos prever que uma pessoa vai pedir a reforma antecipada, nem o falecimento de uma pessoa, isso significa que nós projetamos a descida de trabalhadores em dois conceitos, que são os que aí estão transpostos, ou seja, não aumentar o número de trabalhadores e a idade dos trabalhadores.

Eu também gostava de lembrar uma situação muito específica, no início de 2014 o Governo deu instruções para se pagar o subsídio de natal e subsídio de férias e nós cumprimos, o que significa que os desvios existem também pelo que nos é imposto superiormente.

Em relação aos subsídios acho que é necessário ponderar quando se fala que é importante cortar os subsídios, os subsídios é um esforço enorme que esta Câmara faz para os atribuir e o mais fácil seria cortar todos os subsídios e alguns que foram realizados, é isso que nós nos propomos, é isso que temos vindo a fazer, com a racionalidade de manter em funcionamento a estrutura social de Mirandela, com enormes dificuldades, quem tem sido mais sacrificado tem sido as Juntas de Freguesia, nos últimos tempos têm sido elas as grandes sacrificadas, mas também é necessário entender que nesses subsídios que foram reduzidos está o apoio por exemplo ao Lar do Romeu, o apoio ao Lar da APPACDM, o apoio ao Quartel do Bombeiros da Torre de Dona Chama e está o apoio às instituições que fazemos no dia a dia, mas há áreas onde temos de reduzir, dou o exemplo da área religiosa, no ano passado intervimos em 37 equipamentos religiosos e consideramos sempre o princípio de que nunca a Câmara Municipal faz intervenção individualmente em nenhuma igreja ou em nenhuma capela mortuária, se quiserem fazer alguma intervenção tem de haver o princípio em que a população nos apoia e o princípio em que nós apoiamos a população.

Falando de impostos, o equilíbrio dos impostos tem a ver também com as necessidades da população e neste ponto o Senhor Vereador João Casado quando falou sobre os preços da água, não escolheu a Freguesia certa para falar nisso, porque ninguém no



Franco paga resíduos nem saneamento, pagam a água e pagam à Junta de Freguesia, mas isso não significa que não haja custos associados e que têm de ser pagos.

Em relação a este documento, julgo que é claro para quem lê este documento, de que está a ser realizado um esforço interno enorme para garantir o cumprimento deste Plano, como desafio a curto prazo coloco um problema que temos de resolver, é que nós fizemos este Plano de Saneamento Financeiro numa altura em que os custos de financiamento eram extremamente elevados e neste momento pelo facto de termos cumprido até agora como estamos a cumprir, permite-nos junto do Tribunal de Contas solicitar a renegociação do Plano, para que possamos ter grandes benefícios financeiros e a curto prazo, isto é, renegociar o Plano, garantir que o Plano vai para custos financeiros inferiores mas principalmente temos de ser objetivos no cumprimento do Plano.

Este esforço não é um esforço do Presidente da Câmara, não é um esforço dos Vereadores, é um esforço individual de praticamente todos os setores da Câmara Municipal e eu enalteço isso aqui, está aqui o Senhor Diretor de Departamento, que acompanha, com quem reúno periodicamente e sabe bem o que cada setor tem feito, dentro das suas possibilidades e o que traduz hoje em dia este documento é que nós estamos a cumprir três coisas fundamentais:

- 1.ª A redução da dívida;
- 2.ª A reestruturação interna, que implica uma reestruturação financeira;
- 3.ª Cumprir com todas as medidas de acordo com aquilo a que nós nos propusemos.

Estas três questões são fundamentais para termos sucesso neste Plano e também para avaliarmos a possibilidade de podermos concorrer a mecanismos de financiamento que o Governo criou, como por exemplo o FAM – Fundo de Apoio Municipal, para que possamos dar algum alívio à carga fiscal dos municípios.

Muitos dos conceitos que colocamos neste Plano de Saneamento Financeiro, são conceitos de gestão que nós não vamos alterar hoje e no futuro. A racionalidade tem de ser algo que está incluída na nossa gestão, a racionalidade tem de ser algo que está inserida no nosso dia a dia, neste caso como funcionários e trabalhadores da Câmara Municipal, mas também como responsáveis da Câmara Municipal e é nesse sentido que nós vamos continuar a trabalhar, é que vamos continuar a manter este processo e é nesse sentido que eu deixo o meu registo de satisfação, não só pelo trabalho que é feito na elaboração deste Relatório, naturalmente que é um trabalho técnico importante, mas também quero que fique registado que este esforço tem sido um esforço muito realizado à custa dos funcionários municipais, da sua voluntariedade e do seu trabalho e também de algumas alterações de mentalidade, que hoje em dia estão traduzidas aqui e que nunca vão mudar na gestão da Câmara Municipal.

É um esforço que não é meu, nem de um Vereador, é um esforço de uma Câmara inteira e enalteço-o aqui.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: Eu só quero deixar duas coisas claras, principalmente à população do Franco, eu não sou contra os subsídios, eu só leio o que está aqui escrito como previsão e faço um comentário à sua execução, nada mais. Até porque em relação ao documento e quem sabe, eu já sou Vereador desde 2009 e voto sempre abstenção, por um princípio que eu entendo e que é assim, eu não tive nada a ver com as dívidas da Câmara, tenho o dever moral de as comentar e de ver o papel do acompanhamento, é o que eu faço.

Não estou aqui a dizer que sou contra os subsídios, atenção, nada disso, aliás, para mim até era importante que nessa medida, saber qual é o valor necessário para que as instituições sejam sustentáveis, eu voto todos os subsídios, está aí, as atas podem-no comprovar, eu não sou contra, eu entendo é que um subsídio tem de ser essencial, bem utilizado, ou seja, bem gerido e que não seja estragado. É evidente que tudo o que o Presidente disse é uma realidade, se há Quartel na Torre de Dona Chama é porque a Câmara paga, se há Lar no Romeu é porque a Câmara paga, se há algumas coisas que a Santa Casa faz é porque a Câmara paga, o Presidente também se esqueceu de dizer isso, eu tenho pleno conhecimento disso, agora a minha função como Vereador, neste caso da Oposição, não faço parte do regime permanente, é comentar as medidas, é aquilo que eu faço.

É evidente que não posso dizer que é um documento mau, gostava de ter as minhas alterações, que eu proponho para ter maior leitura, mas é a Câmara, é o Senhor Presidente, é esta gente que movimentam o nosso Município que tem sempre a palavra final a dizer, o meu papel e tem sido sempre assim para quem me conhece, algumas pessoas com certeza será a primeira vez, é sempre comentar de forma positiva, criar alternativas, dizer o que é que eu faria, ou o que é que eu achava que estaria correto, agora a decisão final é sempre do Presidente *António Branco*.

Não sou contra os subsídios, é uma decisão da Câmara, eu sempre votei a favor e sempre disse que tudo o que é sustentável não podemos pôr em desequilíbrio, sejam instituições, sejam Juntas de Freguesia.

Só outra nota relativamente à redução dos quadros de colaboradores, é evidente que nós não podemos prever, é evidente que nós temos de cumprir as nossas obrigações, mas é evidente que relativamente a este Relatório urge explicar melhor estes resultados, é só essa a nota que eu deixo.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos a favor (três dos membros do PSD, um do membro do PS Dr. *José Manuel Morais* e um do membro do CDS/PP Dr. *Carlos Freitas*) e uma abstenção PS Eng.º *João Casado*, conforme proposto:

- 1 – Aprovar o III Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro;**
- 2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.**

04 - OA – Proposta de Deliberação IMI Familiar – *Carlos Fernando Avelens Freitas* – CDS/PP.

----- Foi presente uma proposta subscrita pelo Senhor Vereador do CDS/PP Dr. *Carlos Fernando Avelens Freitas* com entrada n.º 3268 de 18/02/2015, com o seguinte teor:



PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

«IMI FAMILIAR»

«Vem propor a redução da taxa de IMI em função do número de dependentes, nos termos previstos no nº 13 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, em 10% para as famílias com 1 dependente, em 15% para as famílias com 2 dependentes, e em 20% para as famílias com 3 dependentes.»

1. O Orçamento de Estado para 2015, a par da reforma do IRS e da nova redução da taxa de IRC, veio iniciar o desagravamento fiscal incidente sobre os cidadãos, as empresas e as famílias, sublinhando os resultados do esforço percorrido de contenção orçamental, a manutenção do rigor das contas públicas e o crescimento económico.
2. Veio concretizar, nomeadamente, medidas de proteção das famílias e de incentivo à natalidade.
3. Por outro lado, na sequência da introdução do quociente familiar no IRS₂ foi introduzido um benefício fiscal para as famílias com filhos em sede de IMI, permitindo aos municípios reduzirem a taxa de IMI em 10% para as famílias com 1 dependente, 15% para as famílias com 2 dependentes e 20% para as famílias com 3 dependentes.
4. Fica assim consagrada a possibilidade dos municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, reduzirem a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), consoante o número de dependentes a cargo.
5. A aprovação desta proposta não implica qualquer alteração ao orçamento municipal aprovado, uma vez que a sua execução só produz efeitos na liquidação do imposto em 2016. O seu impacto nos orçamentos futuros pode ser acautelado pela adoção de medidas de controlo da despesa municipal, nomeadamente despesas de funcionamento.
6. Justifica-se fixar uma redução da taxa de IMI, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, e atendendo ao número de dependentes, nos termos do previsto no n.º 13 do Art.º 112º do Código do IMI, porquanto:
 - a) As famílias com dependentes têm despesas acrescidas;
 - b) A família, como pilar da nossa comunidade deve ser destacada, valorizada e protegida;
 - c) A redução da taxa de IMI, que se propõe, funcionará como incentivo à natalidade e conseqüente aumento da população do nosso concelho.
7. Em reconhecimento dessa realidade, reduzir o IMI aos nossos municípios nos termos da lei, é uma das medidas que podem ser tomadas, com alcance direto para muitas famílias e para o desenvolvimento do nosso concelho.

Assim, o Vereador *Carlos Freitas*, eleito pelo CDS-PP, propõe que esta Câmara delibere:

- a) **Aprovar a redução da taxa de IMI em função do número de dependentes, nos termos previstos no nº 13 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a saber:**
 - i. em 10% para as famílias com 1 dependente, e
 - ii. em 15% para as famílias com 2 dependentes, e
 - iii. em 20% para as famílias com 3 dependentes.

Submeter à Assembleia Municipal para aprovação.

O Vereador da Câmara Municipal de Mirandela eleito pelo CDS – Partido Popular

Carlos Fernando Avelens Freitas.”

----- O Senhor Vereador Dr. *CARLOS FREITAS* disse: Está aqui a fundamentação, o mais simplificada possível e acho que já está na altura de pensarmos um pouco em tentar aliviar a carga fiscal às famílias, não sei se será este o melhor método, mas é a proposta que nós temos na mesa.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou que não veem qualquer inconveniente na aprovação da proposta, foi aprovado este ano no Orçamento de Estado e seria nosso objetivo apresentá-la em conjunto com a proposta de IMI para 2016, que normalmente é apresentada em setembro, estamos dispostos a aprovar esta proposta.

O que eu proponha era que a proposta fosse aprovada e fosse submetida em conjunto com a proposta de IMI para 2016 à Assembleia Municipal.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MANUEL MORAIS* disse: Relativamente à proposta que o Senhor Vereador do CDS/PP Dr. *Carlos Freitas*, hoje aqui apresenta para ser votada e considerando que a própria redução da taxa de IMI em função do número de dependentes, está já contemplada como possibilidade no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, mais precisamente, no nº 13 do artigo 112.º, na sua atual redação e ainda porque o Orçamento de Estado para 2015, paralelamente com as reformas do IRS e do IRC, preveem igualmente o desagravamento fiscal, sobre cidadãos e empresas, irei votá-la favoravelmente tal como é proposto.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: Eu não tenho nada a dizer, só que concordo plenamente, tudo que seja para ajudar os municípios, venham elas, do quadrante político que for, porque eu também as voto positivas quando veem do PSD. Tudo o que seja para bem dos municípios, subscrevo por inteiro.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – **Aprovar a redução da taxa de IMI em função do número de dependentes, nos termos previstos no nº 13 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis:**
 - i. em 10% para as famílias com 1 dependente, e



- ii. em 15% para as famílias com 2 dependentes, e
 - iii. em 20% para as famílias com 3 dependentes;
- 2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal, juntamente com a proposta a apresentar referente à Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.) para o ano de 2016.

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

04 – DAGFM – Área Funcional de Recursos Financeiros – Tesouraria – Balancete.

----- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 17 de fevereiro de 2015 que apresenta os seguintes valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS-----	1.018.552,08€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS -----	<u>739.448,03€</u>
TOTAL DE DISPONIBILIDADES -----	1.758.000,11€
DOCUMENTOS-----	80.577,19€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

05 – DAGFM – Área Funcional de Recursos Financeiros – Contabilidade – Ordens de Pagamento.

----- Foi presente a informação n.º 04/DAGFM de 18/02/2015 que a seguir se transcreve:

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 23 de outubro de 2013, cumpre informar o Executivo Municipal que, no período compreendido de 04 a 17 de fevereiro de 2015, foram processadas e autorizadas Ordens de Pagamento no montante total de **598.428,45 €**:

Descrição	Valores em €
Ordens de Pagamento Orçamentais	512.457,64 €
Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria	85.970,81 €

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

06 – DEE – Área Funcional de Recursos Físicos – Aprovisionamento e Empreitadas – Requisições Externas de Despesa.

----- Foi presente a informação n.º 04/DEE de 18/02/2015 da Divisão de Edifícios e Equipamentos:

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 23 de outubro de 2013, cumpre informar o Executivo Municipal que, no período compreendido de 04 a 17 de fevereiro de 2015, foram processadas e autorizadas Requisições Externas de Despesa no montante total de **176.432,86 €**:

Nome do Responsável	Valores em €
<i>António José Pires Almor Branco</i>	123.999,14
<i>Rui Fernando Moreira Magalhães</i>	525,19
<i>Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo</i>	10.330,74
<i>Manuel Carlos Pereira Rodrigues</i>	41.577,79
Requisições de valor igual ou inferior a 200,00 €	3.639,52
Requisições de valor superior a 200,00 €	172.793,34

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

OUTROS ASSUNTOS

Questões e Problemas relativos à União de Freguesias de Franco e Vila Boa.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes* disse: Bom dia a todos, antes de mais queria agradecer ao Executivo da Câmara Municipal de Mirandela, na pessoa do Senhor Presidente, pelo facto de ser a primeira vez que na história do Município de se fazer uma Reunião formal, fora do Palácio dos Távoras, para ser feita no meio rural e para ser feita em primeiro lugar e a primeira vez na sede da União de Freguesias de Franco e Vila Boa.



Mas também, permita-me que lhe diga, isto não acontece por acaso, acontece porque eu lancei a ideia na Assembleia Municipal, para que estas reuniões se efetivassem, é uma obrigação minha, é para isso que as pessoas me elegeram, para levantar questões e dar ideias, para que na defesa muitas vezes das minhas populações, é isso que elas esperam de mim, é que eu trabalhe em prol da Freguesia do Franco e de Vila Boa.

Começando por uma questão que já foi abordada aqui na Reunião, que é a questão dos subsídios, eu lamento e tenho que dizer aqui ao Senhor Vereador *João Casado*, que infelizmente a Câmara Municipal de Mirandela e talvez se a memória não me falha, mais concretamente desde 2009, nunca aprovou nenhum subsídio para a União de Freguesias de Franco e Vila Boa, mas não os aprovou não porque eu não os tenha pedido, não os aprovou porque com certeza que entendeu que não os devia aprovar e se calhar justificado pela crise que atravessamos, para que a população do Franco e de Vila Boa fique informada, a Câmara Municipal de Mirandela não aprovou desde essa data, qualquer subsídio à União de Freguesias de Franco e Vila Boa.

Mas não é por isso que deixamos de trabalhar, nem de fazer o que temos de fazer, tentamos estar o mais próximo possível das população e tentamos também resolver os seus problemas.

Em relação à União de Freguesias de Franco e Vila Boa, é evidente que eu não estou satisfeito e mal seria se eu estivesse satisfeito, se assim fosse mais valia deixar de ser presidente por iniciativa própria.

Também foi aqui aflorada aqui uma questão, que é a questão da água, eu não tenho qualquer problema em debater a questão da água do Franco e o facto da população do Franco não pagar as taxas de resíduos e de saneamento e a água à Câmara Municipal.

Em relação às taxas de resíduos e saneamento também nunca levantei qualquer questão em relação a isso e sempre estive aberto e penso que as pessoas do Franco também o estarão, para a resolução desse problema, em relação à água acho que é uma questão completamente à parte, existem razões históricas e razões locais para que assim aconteça e eu enquanto Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa sempre o prometi e digo-o aqui sem qualquer problema, sempre prometi à população do Franco que enquanto fosse Presidente, por iniciativa minha, nunca a água do Franco deixaria de ser do Franco e passaria para o Município.

É evidente que eu também só posso fazer estas afirmações enquanto a lei o permitir, a lei está a mudar todos os dias e fá-lo-ei sempre enquanto isso me for possível. Em termos pessoais, também posso dizê-lo para descansar a população, que para mim se calhar é o maior problema que eu tenho no Franco, que é exatamente a água e não o escondo de ninguém. Se a União de Freguesias de Franco e Vila Boa deixasse de gerir a água, se calhar era uma grande carga de problemas que me saia de cima dos ombros.

Em relação a questões que nós temos na Freguesia do Franco, eu falo assim porque continua a ser a Freguesia do Franco e a Freguesia de Vila Boa, apesar de existir uma União de Freguesias, as Freguesias mantêm-se, em relação ao Franco, não sei se as pessoas aqui presentes irão colocar alguma questão, mas é evidente que no Franco e eu quando entrei pela primeira vez para a Junta de Freguesia do Franco, havia quatro condições básicas que eu achava que deviam ser satisfeitas nesta Freguesia ou em qualquer outra, uma é a água, outra é o saneamento básico, outra é os calcetamentos e outra é a iluminação pública, para mim estas quatro infraestruturas são essenciais devendo estar disponíveis à população.

Entretanto isso foi conseguido e neste momento existem outros problemas que as pessoas anseiam pela sua resolução e com toda a legitimidade. Por incrível que pareça, neste momento ainda existe no Franco falta de calcetamento, existe cerca de 2.000 m² que é necessário calcetar, estou a falar apenas na Freguesia do Franco.

Existe um compromisso da Câmara Municipal, que tem vindo a ser adiado de mandato em mandato, que é exatamente um acordo que se fez com o Município e esta será a única Freguesia do concelho que tem esta situação, em que a aldeia tem os contentores do lixo todos concentrados num só lugar, ou seja, a recolha do lixo é feita num só local, que é aqui em frente da Sede da União de Freguesias e as pessoas têm de fazer o sacrifício de trazerem aqui o lixo a este local, isso acontece porque a empresa de recolha do lixo assim o solicitou e porque a rua onde estão os contentores não está calcetada, causando bastantes dificuldades aos carros de recolha do lixo, principalmente no Inverno, existiu na altura um acordo com a Câmara Municipal de que aquele espaço iria ser calcetado, à parte disso existem mais dois ou três sítios, de ruas públicas, onde vivem pessoas e que não está calcetado e no total serão cerca de 2.000 m² que falta calcetar no Franco.

Existe um outro problema e esse até coloca em causa alguma segurança, é que por incrível que pareça todas as populações rurais estão a perder população de uma forma geral e principalmente crianças, mas por incrível que pareça no Franco, talvez seja raro o dia da semana em que não haja crianças, quer da aldeia, quer de pessoas que vêm almoçar ao restaurante existente na nossa localidade, talvez seja raro o dia em que não haja crianças a jogar futebol no Polidesportivo e o que é certo é que o Polidesportivo neste momento, acho que até oferece alguma insegurança e que poderá provocar até algum acidente, paredes que estão quase a cair, redes que estão deterioradas, pode a qualquer momento, espero que não, haver ali algum acidente em relação às crianças que ali vão jogar futebol, sublinho isto porque quase todos os dias há ali crianças a jogar futebol ou outro desporto.

Existe desde há muito a promessa da Câmara Municipal, eu quando me refiro à Câmara Municipal refiro-me à Câmara Municipal, não estou a falar do presidente em concreto, não estou a falar de nenhum Vereador em concreto, estou a falar do Município, desde há muito que esse projeto está prometido ser remodelado e requalificado, é evidente que em tempos se pensava numa solução completamente diferente, até porque vivíamos outros tempos, em que se “podia gastar dinheiro e depois alguém o iria pagar”, que é o que está a acontecer agora e eu sempre pensei para o Franco fazer aqui um Polidesportivo coberto, um Multiusos em que para além do desporto se pode-se lá desenvolver qualquer outra atividade, inclusive feiras e outras coisas. Essa possibilidade, eu também reconheço que cada vez é mais difícil de se concretizar, mas é absolutamente necessário fazer obras de requalificação no Polidesportivo e pelo menos torná-lo seguro para as crianças que lá vão usufruir dele.

Também já tive oportunidade e depois podemos, se estiverem disponíveis para isso fazer uma visita, o telhado da sede da Junta de Freguesia, qualquer dia cai em cima de quem estiver aqui a trabalhar ou a fazer seja o que for. Está completamente degradado, está completamente em ruínas e em qualquer momento poderá desabar, é só a questão das pessoas chegarem ali fora e verem o estado em que está o telhado, presumo que isto tem a ver com as deficiências com que o mesmo foi construído e houve ali uma cedência dos materiais.

Em relação a caminhos rurais, caminhos rurais é talvez o maior problema que temos aqui nesta Freguesia, nós não temos culpa de estarmos localizados onde estamos e que a morfologia do terreno tenha a morfologia que tem, é evidente que se calhar em todo o



concelho, é o sítio onde os caminhos rurais têm maior inclinação e isso também devido aos Invernos, porque umas vezes são mais chuvosos que outros e é evidente que qualquer água que caia rebenta logo com os caminhos. Neste momento os caminhos estão completamente degradados, inclusivamente temos caminhos que estão obstruídos, no último Inverno, na zona da serra houve desabamentos de terra e neste momento os caminhos estão totalmente obstruídos e isso é facilmente constatável, basta fazer uma deslocação ao local, se houver essa possibilidade e essa necessidade.

Uma outra questão que para mim também é muito importante, toda a gente é testemunha que aqui no Franco e nada tenho contra isso, principalmente aos domingos são centenas de carros e muitos autocarros que aqui vêm, que se deslocam aqui ao Franco para almoçarem e não só para almoçarem, pois também já está a acontecer muito e as pessoas podem-no testemunhar, virem os autocarros de propósito para virem aqui no final da viagem, lanchar aos espaços verdes que temos na aldeia, acontece que há uma falta de sinalização muito importante, sinalização com a devida legalidade que exige, para que possam ser corrigidas algumas situações, o que eu pretendia era que no espaço em frente ao restaurante seja proibido o estacionamento e a circulação de automóveis, porque é onde se concentram mais as pessoas, as pessoas têm dificuldade de mobilidade, existem crianças. Eu já coloquei lá placas de trânsito proibido exceto moradores, mas nada disso era legal e as pessoas acabaram por derrubar as placas, mas acho que é importante que se regularize aqui alguma situação de trânsito e algumas proibições mesmo. As pessoas têm espaço mais que suficiente para poderem deixar os carros.

Uma outra sinalização que eu também acho importante, aqui na rua principal, até porque tem uma ligação direta a Valpaços e a Câmara Municipal sabe as despesas que tivemos aqui com o calcetamento ainda não há muito tempo, deveria ser proibida a passagem de camiões a partir de uma certa tonelagem, ou seja, não só pela rua, mas pelas perturbações que causam aos moradores, deitam beirais de telhados a baixo, está a acontecer com bastante frequência, era importante que se limitasse aqui a passagem de camiões a partir de uma certa tonelagem.

Um outro assunto, que nada tem a ver com a Câmara Municipal, porque não foi a Câmara Municipal que o provocou, nem nenhum de nós, que é a questão da serra, nós até há dois ou três anos atrás felizmente tínhamos uma serra verde, completamente arborizada, era talvez a maior mancha florestal do concelho e neste momento a serra está completamente dizimada, ardeu tudo e acho que era importante e agora no próximo Quadro Comunitário não sei se isso entra ou não, mas era importante desenvolver um programa de arborização, para que a serra mude da imagem que tem neste momento.

Uma outra questão que queria colocar e esta é uma questão que existe há muito tempo, é a questão dos caminhos que tiveram direta ou indiretamente intervenções devido às obras da A4. A autoestrada está terminada há cerca de três, quatro anos, existem contratos que foram assinados e todos nós sabemos por exemplo, que caminhos rurais acima de 10 % de inclinação teriam de ser alcatroados, os restantes caminhos tem de ter uma determinada dimensão em termos de largura e em termos de condições, todos os caminhos teriam de ter inertes, teriam de ser devidamente arranjados, o que é certo é que alguns arranjos que temos tido até agora, tem sido muito fruto de pressão da Junta de Freguesia e dos Técnicos da Câmara, reconheço isso, está aqui o Senhor Diretor de Departamento o Eng.º *Guedes Marques*, que tem estado sempre disponível e tem estado nesta luta constante, mas o que é certo é que já se passaram três ou quatro anos e as pessoas têm que entender que se estamos na aldeia, são os caminhos que nos podem permitir trabalhar e desenvolver as atividades existentes aqui na aldeia e por isso os caminhos são importantíssimos.

Uma outra questão que eu queria colocar e esta foi de certa forma a “morte”, na minha opinião, do Franco, se calhar foi das freguesias do concelho aquela que foi mais sacrificada em relação a isso, que é a questão do PDM – Plano Diretor Municipal. Em que ponto é que está o PDM? E nós, para que as pessoas percebam, na altura que nos foi solicitada a nossa opinião, o que deveria ser a solução aqui no Franco em termos de PDM, nós na altura, para que isto fique muito claro e para que as pessoas quando falarem tenham algum cuidado com aquilo que dizem, é que nós na altura propusemos que até à data em que o PDM começou a ser revisto, que deveria ser libertada, ou licenciada toda a zona em que houvesse edifícios construídos, quer estivessem eles na altura licenciados ou não. Este PDM aqui no Franco, eu digo que foi a “morte” porque todos nós temos conhecimento que se não fosse o PDM, no Franco existiriam neste momento e isso é muito representativo porque só acontece a oportunidade uma vez, no Franco de há quinze anos para cá até à presente data teriam sido construídas aqui no Franco mais dez ou doze casas e isso numa aldeia é muito representativo, porque com o PDM antigo da estrada para baixo, em direção a Vila Boa, que é o sítio que neste momento oferece melhores condições para a construção, não se podia construir uma única casa e onde é que se podiam construir casas é onde elas já existiam e o que nós propusemos foi que o perímetro de construção passe a ser mais ou menos aquele onde é que já existem casas neste momento, estejam elas licenciadas ou não, foi isto que nós propusemos.

Em relação ao Franco, qualquer dia cai a Casa Paroquial em cima das pessoas, também já não temos Padre residente, é verdade, mas estão ali duas casas que foram construídas pela população e haverá aqui pessoas presentes que assistiram à construção da Casa Paroquial, na altura foi uma iniciativa da população, mas é evidente que hoje a população não tem meios para conseguir recuperar ou requalificar uma obra daquelas, mas era muito importante que fosse feito, o que a população mais anseia é a criação de um Centro de Dia ou de um Lar.

Em relação a Vila Boa, gostaria muito de saber e mais uma vez estou a falar de água, o que é que se passa em termos concretos com a água de Vila Boa? Também para que o Executivo e a Oposição tome conhecimento, eu assumi o compromisso com a população de Vila Boa, quando me candidatei, que a Junta de Freguesia iria funcionar tal e qual como funcionou até ao momento em que se unificou com o Franco, se a Junta era aberta iria continuar a ser aberta e está a ser aberta todos os domingos tal como no Franco, todos os domingos a Junta está aberta, ou seja, as pessoas de Vila Boa não necessitam de se deslocar ao Franco para resolverem seja aquilo que for no que respeita aos seus problemas e aos problemas de Vila Boa.

Assim sendo, as pessoas todos os dias que eu lá estou vêm-me questionar, pedir e perguntar o que é que se passa com a água de Vila Boa, até me costumam dizer que às vezes quando vão para tomar banho ficam meias indecisas se devem ou não tomar, porque ficam sem saber se depois de tomar banho ficam mais sujas do que antes de o fazerem. Diz que a água às vezes tem uma cor completamente amarelada e segundo elas dizem é imprópria para consumo, isto na opinião das pessoas, não quer dizer que seja uma opinião técnica.

Também nesta última semana, isso vi eu e constatei, fizeram a ligação direta de um poço que está numa propriedade e que deita água para fora, aproveitaram a água e fizeram a ligação dessa água que é excedente, diretamente para o furo que lá existe e de onde



é retirada a água para a população, porque depois vai para os depósitos, tirar a água do poço não sei se tem algum inconveniente, até porque ela irá ser tratada, presumo eu.

Em relação à água de Vila Boa gostaria de saber qual é o problema da água, se é que existe algum problema e como é que está a ser resolvido.

Em Vila Boa ainda é urgente e é quase obrigatório, na minha opinião, concluir o largo que foi criado junto à Capela, o largo está criado, mas é necessário terminá-lo e aqui mais uma vez também entra o calcetamento.

Existe um parque infantil em Vila Boa que infelizmente não terá crianças para desfrutar dele, mas não é por isso que vamos deixar de ter aquilo que já existe, já há cerca de um ano enviei um ofício a solicitar intervenção para que o parque infantil seja reativado, ele está completamente abandonado e degradado e basicamente o que mais faz lá falta são meia dúzia de m³ de areia, para que tenha uma outra imagem.

Nós mudamos a Sede da Junta em Vila Boa e mesmo em frente à Sede da Junta está lá criado um largo, por demolição de edifícios que lá existiam, esse largo é propriedade privada, mas está mesmo em frente à Sede da Junta de Freguesia e acho que era absolutamente importante fazer alguma tentativa de negociar a aquisição desse terreno, desse largo para a Junta de Freguesia, é onde as pessoas estacionam os carros, até ao momento em que o proprietário profba isso.

Também é importante, na atual Sede da Junta fazer lá uma cobertura, para retirar humidades e outros inconvenientes que possam surgir, era muito importante cobrir as escadas que são acesso ao primeiro piso da Sede da Junta.

Há também um problema em Vila Boa, que eu também já o referi em relação ao Franco, que é a questão da preservação e conservação dos caminhos rurais, que estão completamente degradados. É evidente que aqui, tal e qual como acontece com o Lar na Paróquia no Franco, as populações de Vila Boa o que mais anseia é a ligação que tem da estrada para os Avidagos e para as Varges, que ainda faz parte do nosso concelho, a construção dessa estrada em asfalto, presumo que neste momento será uma obra quase impossível de ser realizada.

O que eu tinha para referir em relação ao Franco e Vila Boa era essencialmente isto e esperaria algumas respostas, não sei se as pessoas presentes depois querem colocar alguma questão, por mim estão à vontade e podem questionar tudo o que quiserem, seja em relação à Câmara, seja em relação à Junta de Freguesia, não tenham qualquer inibição em relação a isso.

Outra coisa que eu queria dizer, é que de certa forma esta Reunião algum resultado terá, também serve para que as pessoas percebam como é que as decisões e como é que o trabalho da Câmara é realizado, se calhar para vocês e para todos nós terá sido uma grande “seca”, porque tivemos de estar aqui todos calados a ouvir, quer gostemos, quer não, mas também ficou uma ideia de como o trabalho da Câmara Municipal é desenvolvido e como é que as coisas se processam.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Calcetamento de Parcela de Terreno.

----- O Senhor Município *António Augusto Almeida Monteiro* disse: Quero formalizar aqui um pedido ao Senhor Presidente da Câmara e para reforçar o pedido que o Senhor Presidente da União de Freguesias fez, eu não sou do Franco, vim para cá, já estou cá a viver há sete anos e reconstruí um prédio na rua de cima, com projeto e depois tive de ceder um pouco de terreno para domínio público. O terreno que cedi são cerca de 100 m² e esse terreno ainda não está calcetado e toda a gente me pergunta porque é que ainda não calcetei essa parcela de terreno, ao que eu respondo que essa parcela de terreno não é minha, é da Câmara, foi cedida para domínio público e este é o pedido que eu faço aqui a todos os presentes, que essa parcela de terreno seja calcetada.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Venda Ocasional na Praça do Mercado.

----- O Senhor Município *Fernando Urbino Vaz* disse: Há uma pessoa que trabalha no campo e planta batatas para consumo próprio, mas se a produção for boa tem de as vender e ensaca três ou quatro sacas de batatas e vai para a Praça do Mercado para as vender, em viagens paga ao carro de aluguer cerca de 7 €, na Praça tem de pagar 2 € e só vende duas sacas de batatas, ou seja, só consegue ganhar 1 €. Os fiscais veem que a pessoa não vendeu, assim não vale a pena ir vender nada à feira, não há alguma coisa que se possa fazer para alterar isto?

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes* disse: Se bem percebi o Senhor Urbino, em termos de legalidade não sei como é que isso é possível fazer, mas conheço alguns Municípios que têm destinado um determinado dia em que nesse dia o Mercado é feito para as pessoas locais, ou seja, há um dia da semana, ou uma feira apenas destinada aos pequenos produtores do concelho, são eles que ocupam o Mercado naquele dia, não sei se pagam ou não e também não sei se há interesse criar um dia desses em Mirandela para fazer escoar os produtos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Oliveira no Caminho.

----- O Senhor Município *Armindo Augusto Carvalho* disse: Há uma oliveira no centro do caminho, eu passo lá quase todos os dias e custa-me passar lá com o trator. Há direito ter uma oliveira no caminho?



----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes* disse: Isso de facto hoje é uma realidade, é uma realidade que existe uma oliveira no meio do caminho e eu acho que é apenas má vontade da parte das pessoas, no sítio onde existe essa oliveira, nós Junta já lá compramos quatro ou cinco oliveiras, exatamente no cemitério a Junta já comprou quatro ou cinco oliveiras e com o proprietário dessa oliveira já estivemos disponíveis e continuamos a estar, para pagar aquela oliveira, que vale muito menos do que todas as outras que já compramos.

----- O Senhor Município *Armindo Augusto Carvalho* disse: E é a que estorva mais.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes* disse: Sim, é a que estorva mais, já estivemos e estamos hoje disponíveis para pagar a oliveira exatamente pelo mesmo valor que já demos a outras e que eram o dobro em termos de porte e em termos de lenha e com a vantagem da lenha ficar sempre para o proprietário. Esta conversa foi tida com o proprietário, neste momento não consegue lá passar um trator com o reboque, só entendo má vontade por parte do proprietário da oliveira, o não ser arrancada aquela oliveira.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

União de Freguesias de Franco e Vila Boa.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MANUEL MORAIS* disse: Com a devida autorização do Senhor Presidente de Junta, desejaria começar esta minha intervenção com uma citação inserida num Conto, que está relacionada com uma Serra aqui bem próxima e que dizia o seguinte: “*Quando em menino me contaram esta história, ainda tentei reunir mais um ou dois amigos para fazermos a exploração destas galerias e pedi ao meu pai, que várias vezes visitou o local por fora que nos levasse ao local, entretanto no momento da decisão faltou-me a coragem e nem sequer ficamos a saber a localização exata do local de entrada.*”

Ao ler este Conto, verifiquei que essa falta de coragem não existe, ou nunca existiu, até porque, e sobretudo desde que está à frente dos destinos desta Junta de Freguesia, sempre demonstrou ser possuidor dela, tendo contribuído em muitos momentos para a tomada de decisões, se bem que algumas delas bastante difíceis, é certo, mas sempre com o propósito de defender os interesses da sua terra e dos fracoenses. E a minha questão é a seguinte:

Sendo do conhecimento público que o Franco sofreu um grande desenvolvimento durante os últimos anos, podendo até considerar-se uma das Freguesias que mais evoluiu, gostaria de saber, dentro do atual contexto de contenção financeira que ainda atravessamos, qual o projeto prioritário que desejaria ver concretizado, para além daqueles que acabou de apontar e que foram, se a memória não me atraiçoar, mais de dez?

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes* disse: Em termos pessoais e em termos de Presidente de Junta, pode ter a certeza absoluta, quer o Senhor Vereador, quer o Município, quer a população do Franco e Vila Boa, podem ter a certeza absoluta que ainda não se me esgotaram nem os projetos, nem as ideias, nem a vontade de os concretizar. Só que alguns deles nos dias de hoje é capaz de ser difícil ou até impossível de os concretizar, mas um dos projetos que neste momento mais gostaria e se calhar é o que nunca concretizarei, devido aos tempos difíceis que atravessamos, posso-lhe garantir que é de facto um projeto que gostava de ver realizado, era a construção de um Centro de Dia, até porque temos local, temos quase a construção, pelo menos nas paredes exteriores não seria necessário mexer-lhes, e gostava que isso se concretizasse, porque eu a cada dia que passa vejo a população cada vez mais envelhecida, como o Senhor Vereador vê a população do concelho de Mirandela e por vezes e devido à minha sensibilidade social e humana, por vezes chego a casa e devidos às experiências que tenho aqui na Junta de Freguesia e porque lido muito perto com as pessoas, eu chego a casa todos os domingos sempre com uma grande dor de cabeça, é o dia da semana em que mais me custa dormir, porque vejo e vivo situações aqui no Franco a nível social e humano, que me comovem e me deixam muito incomodado e o projeto que eu de facto gostaria de ver realizado era a construção de um Lar aqui no Franco.

Mas tenho outros projetos, gostaria de ver recuperada esta antiga escola, que infelizmente já não funciona a bem da comunidade, porque não e até porque não criar aqui um Museu, não faltarão peças e utensílios para que aqui fosse criado um Museu.

O Senhor Vereador falou na serra e citou um Conto que eu escrevi e uma coisa que sempre me meteu muita confusão, é a serra do Franco, a forma como ela era e é tratada e isso a mim leva-me aos “arames” e sempre me levou, houve alguém que não sei qual foi o interesse delas em criar a ideia de que a serra dos Passos começa em Mirandela e acaba em Murça, isso não corresponde nada à realidade, na Assembleia Municipal têm havido algumas discussões sobre esse assunto e é um assunto que me tira do sério, se não queremos que a serra seja do Franco, ou das Lamas, ou dos Passos então que seja a serra de Santa Comba, que nem sequer é do nosso concelho, mas pelo menos é mais abrangente, porque a serra do Franco tem vários nomes, é a serra da Garraia, é a serra do Bacalhau, entre outras e o que eu gostava de ver um dia, era a ver esta serra explorada e aproveitada a outro nível, a nível turístico, a nível de caça, existem galerias por baixo da serra que deveriam ser exploradas e deveria ser dado um tratamento diferente do que aquele que tem sido dado à serra do Franco, no que me diz respeito eu tentei fazer alguma coisa pela serra.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MANUEL MORAIS* disse: Esta referência feita à falta de coragem, inserida na história contada pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, foi com o propósito de realçar exatamente o contrário e que atualmente, e desde há muito, não tem razão de ser.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.



Centro de Dia.

----- A Senhora Múncipe *Maria Teresa Ferreira Martins* disse: De todas estas necessidades, que são muitas, a mais importante é o Centro de Dia para a nossa população.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

União de Freguesias de Franco e Vila Boa.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: Vou pegar aqui nas palavras do Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes* e voltar a reafirmar o seguinte: Eu não sou contra a Câmara dar subsídios, seja às Juntas ou seja a instituições do concelho, pelo contrário, eu sou a favor de uma definição estrutural de princípios, relativamente ao que são as prioridades de cada Freguesia, partindo do princípio legal, que nós sabemos e temos perfeita consciência, que uma instituição é perfeitamente independente, mas é evidente que a soma de todas as Freguesias constituem o concelho e o Município de Mirandela, isto que fique claro, eu não sou nem contra, nem a favor, digo é sempre que não gosto de ver dinheiro esbanjado, ninguém gosta e ainda mais quando se trata de dinheiro que é público, que é de todos nós.

É necessário também saber e introduzir, que se por vezes o Município não dá subsídios dá outras coisas, dá por exemplo a recolha do lixo, no caso das Freguesias em que elas próprias asseguram a distribuição e o tratamento, dá o tratamento dos esgotos, que é uma pesada fatura, porque reportando ao início da Reunião, quando eu estava a comentar o Plano de Saneamento Financeiro em que a Câmara está envolvida, verifica-se que temos uma diferença brutal no artigo que diz respeito à água, ao saneamento e à recolha dos resíduos domésticos.

O que é que o Município pode fazer para ajudar mais as suas populações? É sentarem-se todos à mesa, conversarem, verem quais são as prioridades, verem o que já recebem e tentar distribuir equitativamente. Todas as necessidades são importantes, é evidente, a mais importante aqui no Franco, pelo que eu constato aqui, será a recuperação de um espaço que já existe, de um edifício, para transformar num Centro de Dia, por exemplo, onde as pessoas podem conviver, onde as pessoas podem até fazer as refeições, não vejo mal nenhum nisso.

Relativamente a Vila Boa, é a questão da água, que me parece o mais preocupante, são coisas que são plenamente justificáveis, agora o tempo é que é complicado, porque não há dinheiro e isso às vezes torna os projetos mais longos na sua distribuição, na sua execução.

É evidente, que nós devemos como políticos, saber ouvir a população, independentemente das amizades, das cores políticas, eu costumo dizer o seguinte, nós temos um período na nossa vida política em que andamos à “caça dos votos”, é verdade, as pessoas querem é elegerem-se e depois de passar esse período, vamos tentar saber que eles nos incomodam em muito, isto é o que se passa ao nível do nosso país, é o que se passa ao nível da Europa, é o que se passa em todo o lado, não é só um problema nosso, as democracias têm coisas boas e têm coisas más. Agora com pouco fazer muito é que é uma grande habilidade.

Eu sei que a Câmara tem feito algum esforço e eu tenho comentado isso nas Reuniões de Câmara, tem ajudado algumas Freguesias e instituições culturais, recreativas e desportivas, igrejas, capelas, tem feito um trabalho, do meu ponto de vista, de manutenção e de recuperação de património louvável, agora também é verdade que o dinheiro não chega a todos e também é verdade que todos queremos e também é verdade que temos de esperar a ver se chega a nossa vez.

Temos de ter esperança, também não podemos desacreditar. E às vezes quando dizemos que não recebemos nada, não é verdade, porque todos nós recebemos uma parte, estou a dizê-lo aqui de uma forma aberta, clara, não quero criar confusões com ninguém, mas dizer aquilo que simplesmente eu penso, que é aquilo que eu faço em todas as Reuniões, tomará eu que o Presidente e eu subscrevia por baixo, porque quando vão à “mesa ” os subsídios não há lá nenhum que eu tenha votado contra, nunca e já sou Vereador, já é o meu segundo mandato e também compreendo que ele terá as suas dificuldades em prometer a todos e depois não poder cumprir, ele lá vai gerindo a “carteira” conforme pode. É de salutar, que estão aqui dez pessoas mais o Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa somos onze, é a primeira vez que vamos a uma Freguesia, já temos tido iniciativas de ir a instituições, este modelo de reuniões não é a primeira vez que se faz, já é a terceira vez, é com bom agrado da minha parte, pelo menos fico a conhecer algumas caras mais, porque passa aquele período das eleições e toda a gente esquece e assim é uma forma de a gente também reavivar, de se conhecer, de ouvir o que as pessoas têm a dizer.

Não vou acrescentar muito mais relativamente às prioridades que o Presidente aqui apontou, digo simplesmente isto, do meu ponto de vista há aqui algumas que são fáceis de resolver, essa da oliveira no caminho é muito fácil, do meu ponto de vista, nem queira saber como é que eu resolvía aquilo!

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes* disse: Em relação ao que foi dito pelo Senhor Vereador, quando ele diz nós por vezes descoramos o nosso papel e que temos duas fases na nossa vida política, uma quando andamos à “caça dos votos” e outra depois, que nos esquecemos dos que votaram em nós.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: Repare no contexto que foi dito, isso não se aplica a todas as pessoas atenção, estas pessoas que estão aqui conheciam-me?

----- A população presente na Reunião, respondeu que não.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: Mas eu vim cá ao Franco a distribuir papéis, e lembro-me, estavam as portas todas fechadas, o candidato até se esqueceu, mas eu lembro-me, é nesse sentido.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes* disse: Nem interprete isto como uma crítica minha, eu nunca deixo de dizer nada daquilo que vai na minha consciência, se tiver de dizer alguma coisa às pessoas do Franco que elas não gostam de ouvir dizer, até a nível comunitário ou a nível pessoal também lhes digo, sem qualquer problema, porque a minha forma de estar na vida e nesta vida “pública”, eu tenho de ser a mesma pessoa que sou no particular e no pessoal, se eu deixar de ser a pessoa que sou no meu dia-a-dia e no meu seio familiar, então deixo de ser eu próprio e não é isso que pretendo.

Mas em relação à “caça dos votos” e depois do “esquecer”, tenho a consciência mais que tranquila, primeiro, porque acho eu, não ando muito à “caça de votos” e não ando muito à “caça de votos” porque tento “caçá-los” ao longo do mandato, ou seja, antigamente havia eleições, as pessoas ganhavam as eleições e depois... e isso era muito mais verificável nas aldeias, as pessoas esqueciam-se ao longo dos quatro anos, que eram Presidentes de Junta e meio ano antes de voltar a haver eleições é que se lembravam, “Ah! Eu afinal sou Presidente de Junta, tenho de fazer alguma coisa”, não, eu tenho de fazer tudo o que tenho para fazer, ao longo dos quatro anos e nunca me esquecer um dia que seja durante o ano, que sou Presidente de Junta. Tenho a contrariedade de viver em Vila Real, mas também as pessoas sabem, já me aconteceu muitas vezes, ainda me aconteceu esta semana passada, vir de propósito de Vila Real aqui, porque uma pessoa me ligou a dizer que precisava de um atestado e eu vim cá de propósito passar-lhe o atestado. Não passa um dia na minha vida que eu me esqueça que sou Presidente de Junta.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa.

----- O Senhor Vereador Dr. *CARLOS FREITAS* disse: Só queria dizer duas coisas muito rápidas, em primeiro lugar gostava de dizer que estou muito contente por estar aqui hoje, é sempre bom vir às aldeias, é onde eu me sinto mais à vontade felizmente, em segundo lugar dar os parabéns pela iniciativa, nós temos tendência a esquecer que a base da nossa comunidade são as aldeias.

É muito bom quando alguém se lembra da terra, que é a partir daqui que tudo tem de ser feito, por isso mesmo gostaria de agradecer esta iniciativa e é também uma forma de descentralizar as Reuniões de Câmara, é sempre bom saírem do edifício onde estão, ir ao terreno é sempre bom, por isso gostaria de lhe dar os parabéns por esta iniciativa e espero que continuem a apostar neste tipo de iniciativas, em relação à população.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou que este tipo de Reuniões tem como objetivo uma aproximação às populações, esta Reunião é mais formal e julgo que o modelo terá de ser repensado, nós estamos a realizar uma atividade e quando digo nós, todos os Senhores Vereadores participam, que se chama “A Minha Aldeia”, em que marcamos nas aldeias uma visita e vamos ouvir a população e a Junta, essa iniciativa é muito parecida com esta, com a diferença que andamos mais na rua e não tem esta parte da Reunião formal.

Mas como dizia o Presidente da União de Freguesias, o *Paulo Pontes* e muito bem, conhecer, saber como funciona a própria Câmara e como são tomadas as decisões entre nós, se calhar faltou fazer a apresentação no início, mas vou fazê-la agora, vocês sabem que sou Presidente da Câmara, o Presidente da Câmara foi eleito pelo PSD, tem três Vereadores, falta aqui um que é o Dr. *Rui Magalhães*, que como eu já disse está em atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, temos o Vereador Dr. *Manuel Rodrigues* e a Vereadora Dr.ª *Deolinda Ricardo*, somos eleitos pelo PSD, depois temos dois eleitos pelo PS, que são o Senhor Vereador Dr. *José Manuel Morais* e o Vereador Eng.º *João Casado*, que são representantes do Partido Socialista na Câmara Municipal e temos o Senhor Vereador Dr. *Carlos Freitas*, que não tendo sido ele eleito, neste momento substitui o candidato na altura o Vereador Eng.º *Carlos Pires* eleito pelo CDS/PP e que neste momento suspendeu o mandato, esta é a Câmara Municipal.

Nestas reuniões, nós somos acompanhados pelo Diretor de Departamento da Câmara Municipal Eng.º *Guedes Marques*, que representa toda a estrutura técnica da Câmara Municipal, a Reunião é secretariada pelo Dr. *João Fraga*, que é o responsável da área administrativa e financeira da Câmara Municipal e que depois tem o apoio da *Carla Assis*, isto para explicar que depois há estes formalismos a que vocês assistiram, que são os formalismos que nós temos de cumprir porque tudo o que aqui é feito fica registado e as grandes decisões têm de ser tomadas por nós todos, ou pela maioria.

Vocês viram hoje e é bom ver que há uma votação em que há unanimidade, mas às vezes não há unanimidade, porque é precisamente na Reunião de Câmara onde se estabelecem as diferenças e naturalmente não pensamos todos igual. E assim também, muitas das decisões que são tomadas para o futuro da Freguesia também são tomadas na Reunião de Câmara, porque de forma solidária todos teremos de dizer aquilo que pensamos e aquilo que fazemos e em função dessa decisão a Freguesia terá ou não aquilo que solicita.

Nesse sentido, vou tentar responder às questões que me foram colocadas, mas como vocês sabem eu tenho uma característica que é, não prometer para não falhar.

Já existem situações que estão identificadas e que vão ser feitas gradualmente, neste momento vai ser iniciada a recuperação do muro, que foi coordenada com o Senhor Presidente há algum tempo, tal como acontece com os calcetamentos que aqui foram referidos, estão devidamente identificados e vão ser gradualmente realizados.

Em relação ao Polidesportivo, eu acredito que haja sempre crianças no Polidesportivo, mas o Polidesportivo também tem de ter o objetivo de ter outra dinâmica. Quando se recupera um Polidesportivo tem de se pensar bem o que se pretende desse Polidesportivo e temos primeiro de pensar juntamente com o Presidente da União de Freguesias, numa solução de um Multiusos com as características que ele referiu, em que possa ser utilizado para outras atividades para além das atividades desportivas. É algo que temos de pensar, mas numa perspetiva de que tem de ser utilizado, de que tem de ser pensada a sua utilização. Em relação ao telhado da Sede da Junta será também recuperado.



Em relação aos caminhos rurais, essa é uma dificuldade que nós não temos aqui, mas temos de entender que entre a Junta e a Câmara tem de haver colaboração, a Junta tem de ajudar a Câmara e vice-versa. Em relação ao trânsito a Câmara cede os sinais e o apoio técnico, caso seja necessário e a Junta coloca-os, pois com a nova lei a Junta tem essa competência, o mesmo se aplica em relação à circulação de camiões, a Junta já pode determinar qual a melhor maneira de ter o trânsito a funcionar na sua aldeia.

Gostava de lembrar que há coisas que não se podem evitar e refiro-me à questão da autoestrada, foram feitas inúmeras reuniões difíceis com os construtores da autoestrada e a Câmara Municipal, houve muita insistência e recentemente foi feita uma insistência, onde o Franco está incluído, não é o único, sobre questões que estão pendentes ainda hoje em todo o concelho, desde a entrada até à saída, e nós vamos continuar a pressionar, e as Juntas também têm de ter um papel e tenho de dizer que o *Paulo Pontes* particularmente tem tido um papel bastante forte, pressionando também, para tentar que as contrapartidas e as obrigações sejam concluídas. É um processo que não depende de nós, mas que a Câmara Municipal não deixa de estar atenta todos os dias.

Em relação à serra, julgo que a serra é sem dúvida uma das maiores oportunidades para estes territórios, mas é necessário que as pessoas tenham noção que gerir é também vigiar, é também estar envolvido, nesse sentido temos neste momento a possibilidade a curto prazo, de se fazer uma intervenção no âmbito das contrapartidas da Barragem Vale do Tua e alguma florestação poderá vir a ocorrer como contrapartida da construção da Barragem do Tua.

Mas também acho que era importante olhar para a serra numa perspetiva total e o desafio que faço ao Franco, aos proprietários e às Juntas aqui à volta e todos juntos criarmos uma perspetiva conjunta, eu recorro que a serra já deu benefícios interessantes a esta Junta, não produzindo energia, durante anos esta Junta foi beneficiada por um acordo que tem na produção de energia e esse processo ainda está em curso, pode acontecer que esta serra daqui a algum tempo seja produtora de energia e isso traz benefícios diretos para a população, nesse sentido temos de olhar para a serra numa perspetiva de a aproveitar toda, mas temos de nos unir em torno daquilo que nos pode ajudar em conjunto e as Juntas têm de se unir.

Quanto ao PDM quero dizer que se havia sítios onde o anterior PDM estava errado, um desses sítios era o Franco, com esta revisão do PDM esperamos não cometer esses mesmos erros, o processo está em curso, ainda há oportunidade de participar, ainda há oportunidade de ver, era um processo que estava errado e agora vamos tentar corrigi-lo ainda durante este ano.

O *Paulo Pontes* falou aqui em projetos grandes e estou a referir-me à Casa Paroquial, há relativamente pouco tempo apoiamos a construção da Casa Mortuária, apoiamos a reconstrução da Igreja e naturalmente que estamos também disponíveis para apoiar a recuperação desse património, porque se esse património acaba, então acaba tudo, mas neste caso em específico, primeiro temos que reconhecer que a Casa Paroquial é propriedade da Diocese, em segundo o conceito que nós desenvolvemos neste momento é a participação conjunta, temos de nos juntar, ver o que implica e trabalhar em conjunto e tentar de alguma forma resolver.

Em relação à criação de um Centro de Dia na Casa Paroquial, o Franco já teve um Centro de Dia e nunca funcionou, porque as pessoas tinham de vir de lá de cima até cá em baixo e então a maioria não vinha, o Centro de Dia foi encerrado porque não tinha utentes.

A questão não é abrir um Centro de Dia, nós temos um projeto, já cá estivemos mais que uma vez, no encerramento do “Conta-me uma Conta” e outras atividades, provavelmente no Franco é onde há mais pessoas envolvidas na Ginástica sénior, nos projetos de envelhecimento saudável e nós temos de ter as pessoas envolvidas para que estes espaços sejam espaços vivos, quer seja com a ginástica, quer seja com os trabalhos, ou outras atividades, porque ser um Centro de Dia só porque tem lá o nome não funciona, só porque serve refeições também não funciona. A questão do centro de Dia que aqui estamos a falar é um Centro de Atividades, é poderem ir à piscina, poderem dar um passeio, poderem ir ao Centro de Saúde periodicamente, ou ao cinema, entre outros, isso é que é importante e julgo que esse é um projeto importante aqui no Franco, garantindo a participação da Diocese.

Em relação à água de Vila Boa, neste momento não tenho muitas informações, a informação que eu tenho em relação à água em Vila Boa é o seguinte, em Vila Boa há um consumo exagerado de água proporcionalmente à faturada, o que significa que é provável que existam ou ruturas, ou ligações clandestinas. Quanto à qualidade da água, não se coloca em causa, nós temos um sistema de monitorização da água, que nos obriga a fazer análises periódicas a qualidade. O problema da qualidade da água não se coloca, o que se coloca é que há ali um consumo exagerado de água, no verão isso aconteceu e eu pensei que o problema estivesse resolvido, mas ainda não está, vamos avaliar e dar mais atenção a isso.

Em relação ao Largo da Capela incluo isso nos outros calcetamentos que já falamos, vai ser resolvido esse problema, quanto ao parque infantil não me parece que seja difícil colocar lá a areia.

O Largo em frente à Sede da Junta, já me parece mais complicado porque os proprietários, pelos menos inicialmente, eles não tinham vontade de negociar, diziam que tinham intenção de construir, mas é algo que podemos avaliar neste momento.

Em relação à estrada de ligação aos Avidagos, sem fundos comunitários é impossível neste momento fazer uma estrada destas, neste Quadro Comunitário, ao nível das autarquias não há fundos comunitários para estradas, a hipótese que pode surgir, eventualmente, será nos fundos agrícolas, mas nem isso eu vos posso prometer.

Quanto à venda na Praça do Mercado, o problema não é a venda no mercado, é o dia de feira, porque toda a gente quer ir no dia de feira, o que o *Paulo Pontes* estava a dizer, já aconteceu em Mirandela, nós abrimos aos sábados de manhã, gratuitamente o Mercado durante muito tempo, só que ninguém aparece lá, nem as Senhoras das bancas, só aparecem dois ou três, agora no dia de feira todos querem ir, fora do dia de feira qualquer um pode ir por no Mercado.

Em relação à oliveira no caminho, a forma mais simples de tentar resolver este problema é conversar com o proprietário e tentar comprar a oliveira.

Para encerrar, além de agradecer a vossa presença aqui, falamos aqui nos projetos para o Franco e Vila Boa, eu julgo que para o Franco e para Vila Boa não faltam projetos, projetos físicos, limpar, compor, tratar, isso é fácil muitas das vezes identificar, mas o projeto mais difícil que temos neste momento e o que mais nos custa, é verificar a diminuição do número de pessoas, cada vez menos pessoas, a idade das pessoas e a necessidade que essas pessoas têm de ter mais apoio e a necessidade que essas pessoas têm de ter mais pessoas para as apoiar.

Esta é a maior dificuldade que nós temos neste momento, porque em todas as aldeias e mesmo em Mirandela, estamos a perder crianças, estamos a perder população ativa e idosos, e é aí que nós temos de trabalhar em conjunto para encontrar soluções,

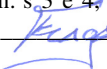
soluções para apoiar aqueles que estão cada vez mais idosos e com mais dificuldades, para os poder ajudar, uma das coisas que mais me custou ouvir aqui foi o Senhor *Urbino* dizer que tinham de pagar cerca de 7 € de viagem para irem a Mirandela, isso é que nós temos de começar a pensar, porque isso já são coisas que possivelmente nós conseguimos resolver, porque isso não é só um problema do Senhor Urbino, é um problema de todos, temos de arranjar forma de facilitar isso e melhorar a qualidade de vida das pessoas, temos de ser um pouco mais ambiciosos nesses sentidos e temos de também ter cuidado com a identificação dos problemas que temos à nossa volta.

Esta é a nossa maior preocupação, esta é a maior dificuldade que temos, é como criar emprego e fixação das pessoas nestes espaços, principalmente nos rurais, é esse o nosso grande desafio e a nossa grande preocupação.

É bom ter pedras na calçada, sem dúvida, mas não ter pés para andar em cima da calçada isso é muito pior, estar lá a calçada para ninguém, esse é o maior problema e temos de arranjar pessoas para pisar essa calçada.

Muito obrigado a todos por nos terem recebido e até uma oportunidade próxima, muito obrigado.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim , que a elaborei e mandei transcrever.

----- Seguidamente foi encerrada a reunião, eram 13 horas.

O Presidente da Câmara Municipal;



António Pires Almor Branco

O Chefe da Divisão de Admin. Geral,
Finanças e Modernização;



João Paulo Fraga